

Cabral vai acolher emendas

sexta-feira, 15/1/88 □ 1º caderno □ 3

do 'Centrão' e 5 anos

BRASÍLIA — O relator do projeto de Constituição, Bernardo Cabral, vai apresentar parecer favorável às onze emendas apresentadas pelo Centrão e à proposta do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney. Cabral comunicou a seus três relatores-adjuntos, José Fogaça, Adolfo de Oliveira e Konder Reis, que não poderá dar parecer contrário a nenhuma emenda que tenha sido apresentada com mais de 280 assinaturas, número de signatários exigido pelo novo regimento da Constituinte para que uma matéria tenha preferência para votação.

Ao anunciar que será favorável a todas essas emendas, o relator deixa claro que mudará a maioria dos pontos de vista que esboçou ou no projeto votado pela Comissão de Sistematização. Ali, ele foi

favorável a um mandato de quatro anos para o presidente Sarney; a uma definição de empresa nacional que a sujeita a ser formada e ter sede no Brasil; ao monopólio pela União das jazidas de petróleo; e às desapropriações de terras por interesse social. As emendas do Centrão jogam tudo isso por terra e conceituam o direito de propriedade no mesmo nível do direito à vida.

Mas apesar de sua disposição antecipada de dar parecer favorável às emendas do Centrão, Cabral disse a seus auxiliares que ressaltará, no exame de cada artigo apoiado por 280 assinaturas, os pontos que considerar inadequados ou inconvenientes de adoção por um país democrático. O senador José Fogaça alertou o relator para o fato de que as emendas do Centrão patrocinam mudanças que representam retrocesso em relação à Constituição de 1934. Cabral disse que observará

no seu parecer todas as propostas que fujam às tendências reveladas até agora pela Constituinte.

Em companhia de José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira, cada dia reunidos num apartamento ou gabinete diferente, o relator já examinou mais de 800 emendas, num trabalho que se inicia às sete da manhã e não tem horário para terminar. Desde ontem, eles iniciaram um cotejo entre o projeto aprovado na Comissão de Sistematização e as emendas do Centrão, as quais constituem um substitutivo integral àquele projeto. A conclusão é a de que o Centrão manteve 70% do que já fora aprovado, mas virou pelo avesso os restantes 30%. Pelas emendas do grupo, acabam a exigência de diploma para jornalistas e o monopólio pela Embratel dos canais de telecomunicações.

Assinaturas são exibidas no Planalto

Uma audiência concedida pelo presidente José Sarney, na manhã de ontem, deve tê-lo deixado especialmente satisfeito. Os deputados Matheus Iensen (PMDB-PR), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Milton Reis (PMDB-MG), Alexandre Puzina (PMDB-SC) e o senador Edison Lobão (PFL-MA), todos do Centrão, foram informar ao presidente que a emenda propondo mandato de cinco anos para ele tinha sido apresentada com 317 assinaturas.

Todos dão como certa a aprovação da emenda. Iensen disse que as 317 assinaturas serão transformadas em votos no plenário e acredita que até alguns constituintes que não assinaram vão acabar votando pelos cinco anos. "Eu não vou dizer o nome a

vocês, mas ontem conversei com um deputado que não assinou a emenda. Ele disse que é favorável, mas não assinou para não ter problemas", contou o autor.

Iensen revelou que, na hora de pedir a assinatura, sempre avisava aos constituintes que só deveria dar apoio quem fosse votar pelos cinco anos no plenário.

"O projeto do Centrão vai ser aprovado porque é uma aspiração nacional. O mandato do presidente tem que ser de cinco anos porque não dá tempo de fazer eleição este ano. A Constituinte vai acabar lá por abril e é muito difícil fazer a eleição. Depois, virá a fase de adaptação das leis ordinárias", comentou.

O deputado Matheus Iensen fez questão de dizer que o presidente repetiu que não vai influir na decisão dos constituintes, mas acrescentou que Sarney deve ter ficado satisfeito com o número de adesões à proposta de cinco anos.

□ Em entrevista em Belo Horizonte, o deputado Ulysses Guimarães disse acreditar que a nova Constituição ficará pronta em dois meses e, embora reconheça que "há um reclamo da sociedade" pelas eleições este ano, acha que elas devem ser feitas após o mandato de cinco anos do presidente Sarney. No entanto, assegurou que se o PMDB acatar os quatro anos ele acata a decisão.

Brasília — Protásio Nêne



Iensen (D), Reis (de costas), Sant'Anna e Lobão prometeram dar 5 anos a Sarney

Emenda não garante mandato

"A minha assinatura para que Sarney fique cinco anos não quer dizer nada. Posso evoluir para os quatro anos." O aviso, dado ontem pelo deputado Amaral Neto, no momento em que o deputado Matheus Iensen desfilava pelo salão verde da Câmara recebendo aplausos e tapinhas nas costas, foi a melhor ilustração para o clima da Constituinte um dia depois de encerrado o prazo para as emendas. O entusiasmo de deputados como Carlos Sant'Anna e José Lourenço contrastava com declarações como as de Amaral Neto e Adylson Motta (PDS-RS), que afirmava ter assinado todas as emendas que apareceram à sua frente, mas não se comprometia com nenhuma.

E, para demonstrar que o mandato presidencial só será decidido mesmo no dia da votação, o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) saudou Matheus Iensen com um sonoro "parabéns, meu líder", negando em seguida que em algum momento tenha preconizado um mandato de quatro anos para Sarney. Há menos de um mês, o parlamentar dizia o contrário. Agora, ele diz que, se o general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, é favorável a eleições gerais no próximo ano, ele concorda.

Percebendo, em plena comemoração de seu sucesso, que a batalha mal se iniciou, o deputado Matheus Iensen começou logo à tarde a trabalhar pela idéia

de antecipar para o início da votação do projeto de Constituição a decisão sobre o mandato presidencial.

"É bom que esse assunto fique logo definido. Se o mandato for votado imediatamente, teremos até mais de 320 votos em plenário. Mas se ficar para depois, não sei não", dizia o parlamentar, contando em seguida sobre sua "alegria cristã" de ser útil a Sarney. Sempre em tom comemorativo, ele almoçou em companhia do deputado João de Deus (PDT-RS), também evangélico, e associava sua vitória na obtenção de 317 assinaturas, à força positiva dos deputados eleitos por igrejas. "Os evangélicos costumam ter um grande respeito pela autoridade instituída", dizia o parlamentar, testemunhando o apoio de todos a Sarney.

Enquanto Iensen comemorava seu êxito, por todo o Congresso brotavam declarações de que "assinatura não quer dizer voto", como dizia, professoral, o senador Mário Covas. Também no Senado, José Fogaça sustentava que "as assinaturas obtidas por Matheus Iensen não garantem nada, em termos de mandato, a Sarney". Para o senador, o mandato presidencial depende dos fatos políticos e econômicos que ainda estão em desenvolvimento, e até do sistema de governo que a Assembléia Constituinte vier a adotar.